



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

LINDANETE JOCAS DOMINGOS

**INCLUSÃO ESCOLAR: POSSIBILIDADES DE TRABALHAR COM CRIANÇAS
COM DEFICIÊNCIAS EM SALA DE AULA COMUM**

JOÃO PESSOA-PB

2013

LINDANETE JOCAS DOMINGOS

**INCLUSÃO ESCOLAR: POSSIBILIDADES DE TRABALHAR COM CRIANÇAS
COM DEFICIÊNCIAS EM SALA DE AULA COMUM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação de Pedagogia a Distância com
Magistério em Educação Infantil da Universidade
Federal da Paraíba, como requisito final à obtenção
do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof. Giovanna Barroca de Moura.

JOÃO PESSOA-PB

2013

D671i Domingos, Lindanete Jocas.

Inclusão escolar: possibilidades de trabalhar com crianças portadoras de necessidades especiais em sala de aula comum / Lindanete Jocas Domingos. – João Pessoa: UFPB, 2013.
30f.

Orientador: Giovanna Barroca de Moura
Monografia (graduação em Pedagogia – modalidade à distância)
– UFPB/CE

1. Inclusão escolar. 2. Sala comum. 3. Necessidades educacionais. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 37.014.5 (043.2)

LINDANETE JOCAS DOMINGOS

**INCLUSÃO ESCOLAR: POSSIBILIDADES DE TRABALHO COM CRIANÇAS
COM DEFICIÊNCIAS EM SALA DE AULA COMUM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em
Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro
de Educação da Universidade Federal da Paraíba,
como requisito institucional para obtenção do título
de Licenciada em Pedagogia.

APROVADA EM:____/ 08 /2013

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. M^a. Giovanna Barroca de Moura

Prof. Examinador

Prof. Examinador

APROVADO COM A NOTA: _____

JOÃO PESSOA-PB

2013

Dedico este trabalho aos meus filhos, Damaris e Misael, que eles colaborem com os direitos de todos e vivam em uma sociedade mais inclusiva.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que sempre esteve comigo e continuou desde o início desta caminhada acadêmica, me orientando e me guiando, me fazendo entender cada vez mais, que a minha vida pertence a Ele.

A Giovanna Barroca, minha orientadora, pela competência, paciência e a grande colaboração mesmo a distância, mas de grande significado para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao meu esposo, Damião, que com muita paciência, suportou alguns momentos de estresse, mas, não reclamou nenhum momento da minha decisão de continuar os meus estudos e a realização deste sonho.

Aos meus dois filhos, Damaris e Misael, presente de Deus, que suportaram a minha ausência em alguns momentos importantes das suas vidas.

Ao meu querido sobrinho Alan que me ajudou desde o início quando eu ainda não sabia usar o computador e pelas orientações neste trabalho final quanto à formatação do mesmo.

As minhas amigas, Lucilene, Jordânia e Aline, a quem eu tanto devo favores, o meu agradecimento pela amizade que veio com a faculdade e ficou com certeza para sempre.

As orientadoras presenciais Edinaura e Luciana que não mediram esforços para me ajudar nos momentos mais difíceis que foi o início deste curso virtual.

Ao professor Jorge Fernando Hermida, um grande profissional que se preocupou com uma formação de qualidade para todos os aprendentes da UAB.

Em fim, a todos que fazem a UAB, pessoas talentosas, generosas e profissionais sem os quais não teria sido possível esta realização, a todos, meu muito obrigado.

“A escola tem que ser esse lugar em que as crianças têm a oportunidade de serem elas mesmas e onde as diferenças não são escondidas, mas destacadas”.

Mantoan.

RESUMO

A inclusão nada mais é do que um meio para garantir e reconhecer igualmente o direito de cada indivíduo, desenvolvendo valores e atitudes em uma dimensão onde se procura enfatizar possibilidades de interação entre cada pessoa dando apoio e acolhimento de acordo com as necessidades de cada uma. A presente pesquisa teve como objetivo discutir a formação e valorização do professor voltada para as necessidades de crianças especiais na educação infantil. A metodologia parte de uma pesquisa bibliográfica, fundamentada em uma abordagem qualitativa, subsidiada por argumentos científicos, valendo-se do meio acadêmico a respeito do tema abordado, justificando-se por ser um tema que vem sendo discutido de diversas formas na atualidade devendo-se reconhecer as diferenças humanas como um recurso positivo para a transformação da sociedade como um todo. A Constituição Federal garante o acesso à escola e à educação por parte de todos sem qualquer tipo de exclusão. No artigo 205 em diante, a Constituição Federal trata do direito de todos à educação visando o desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho em sua plenitude. A pesquisa conclui que, as práticas inclusivas possibilitam a aprendizagem e constrói oportunidades para que todos os alunos aprendam juntos, independente das suas diferenças e que precisamos estudar as propostas curriculares, bem como as teorias do currículo e as tendências pedagógicas para que possamos entender nossas práticas e suas consequências e assim possamos contribuir com o desenvolvimento do aluno em meios às suas necessidades educacionais e que o professor precisa se comprometer de fato com esse novo paradigma educacional, à educação inclusiva, e se comprometer não só em participar de cursos de formação especializada, mas buscar desenvolver o hábito da pesquisa, trocar conhecimento e experiências através de articulações com outros profissionais docentes que já tenham experiência nesse processo de inclusão para que haja uma boa prática junto a todas as crianças independente das suas necessidades.

Palavras chaves: Inclusão escolar, sala comum, direitos, necessidades educacionais.

ABSTRACT

The inclusion is nothing more than a means to secure and also recognize the right of every person, developing values and attitudes in a dimension where it seeks to emphasize the possibilities of interaction between each person providing support and care according to the needs of each. This research to discuss the need for specialized educational serve children with special needs in regular classroom. The methodology to se about of a documentary type of literature, based on a qualitative approach, supported by scientific arguments, using the academic on the subject discussed, justifying himself to be a topic that has been discussed in various forms today should be recognized human differences as a resource for positive transformation of society as a whole. The Constitution guarantees access to school and education for all without any exclusion. In the article 205 on the Federal Constitution is the right of everyone to education for the development of the person, his preparation for the exercise of citizenship and his qualification for the job in its entirety. The research concludes that inclusive practices enable learning and builds opportunities for all students learn together, regardless of their differences, and that we must study the curriculum proposals and theories of curriculum and teaching trends so that we can understand our practices and consequences and thus can contribute to the development of the student in educational media to their needs and that the teacher must engage in fact with this new educational paradigm, inclusive education, and commit not only to participate in specialized training courses, but seek to develop the habit of research, exchange knowledge and experiences through linkages with other professional teachers, who already have experience in this inclusion process so there is a good practice with all children regardless of their needs.

Keywords: Include school, mutual classroom, rights, educational requirement.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: DO ABANDONO À LUZ DA LEGISLAÇÃO E DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS VIGENTES.....	10
2.1 A inclusão de portadores de necessidades especiais à luz da legislação vigente.	11
2.2 Políticas educacionais e inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais	13
3. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, A FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFESSORES EM SALA DE AULA COMUM.....	15
3.1 Necessidades especiais e as práticas pedagógicas	16
3.2 Formação e valorização dos professores como garantia para atender crianças com necessidades especiais em sala de aula comum.....	18
3.3 Diretrizes curriculares no processo de inclusão escolar de crianças com necessidades especiais em sala de aula comum	20
4.METODOLOGIA	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
REFERÊNCIAS.....	26

1. INTRODUÇÃO

A inclusão nada mais é do que um meio para garantir e reconhecer igualmente o direito de cada indivíduo, desenvolvendo valores e atitudes em uma dimensão onde se procura enfatizar possibilidades de interação entre cada pessoa dando apoio e acolhimento de acordo com as necessidades de cada uma.

A inclusão escolar traz sugestões para que a escola passe por transformações e construções, se desenvolvendo pelas diferenças ali existentes. Essas sugestões implicam algumas mudanças tais como: mudanças de atitudes, mudanças nas práticas pedagógicas, mudanças e adaptações na estrutura física da escola e ainda na formação e valorização dos profissionais da educação. Nas últimas décadas as políticas públicas têm sido direcionadas para a inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais.

Refletindo sobre esse processo de inclusão escolar, são várias as discussões em torno deste tema; na política pública, no meio social, no meio educacional e no meio cultural, em todos os âmbitos, tentando encontrar solução para a inclusão, garantindo educação para todos, em uma mesma sala de aula adaptando as práticas pedagógicas às necessidades de todas as crianças. Diante dessa problemática assim foi construído o problema: “Como trabalhar as práticas pedagógicas para atender crianças com necessidades especiais em sala de aula comum”? Tendo como objetivo geral discutir a formação e valorização do professor voltada para as necessidades de crianças especiais na educação infantil e, como, objetivos específicos: conhecer as políticas educacionais de inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais; identificar no currículo escolar práticas pedagógicas que favoreçam o trabalho com a inclusão facilitando o trabalho do professor; discutir sobre a formação e valorização do docente e a importância do seu papel na inclusão de crianças em sala de aula comum.

A escolha do tema justifica-se por ser um tema que vem sendo discutido de diversas formas na atualidade e por haver uma necessidade educacional especializada para atender crianças com necessidades especiais em sala de aula comum.

Percebe-se que, educação inclusiva não é só as mudanças na estrutura física da escola ou nas práticas pedagógicas, mas nos valores e atitudes envolvendo o cotidiano da criança com ou sem necessidades especiais, onde precisam aprender e, ou crescer no aspecto pessoal e social tendo acesso ao conhecimento e a cultura, se relacionando em um mesmo âmbito escolar. (BRASIL, 2005).

Para que uma escola se torne inclusiva, além de aberta para trabalhar com os aprendizes ela deve incentivar a aprendizagem e a participação ativa de todos. Para isso é

necessário um investimento sistemático, efetivo, envolvendo a comunidade Escolar como um todo e, para que isso aconteça de maneira satisfatória, é ainda necessário que a escola tenha autonomia para elaborar o Projeto Político Pedagógico; que possa elaborar um currículo escolar que reflita o meio social e cultural onde os aprendizes estão inseridos; que tenha a aprendizagem como centro em suas atividades escolares e que reconheça o enriquecimento advindo da diversidade. (CONCEIÇÃO, 2011.p. 35).

De acordo com Kupfer (2000), a atual proposta de inclusão exige uma mudança brusca dos ideais que fundamentam a escola. “É necessário muito mais do que uma reformulação do espaço físico, de conteúdo, programático ou ritmos de aprendizagem, ou de maior preparação do professor”.

Este trabalho está estruturado em dois capítulos: o primeiro abordou sobre a educação em inclusão de portadores de necessidades à luz da Legislação vigente e o segundo capítulo foi feita uma reflexão sobre as práticas pedagógicas, a formação do docente diante da educação inclusiva.

Para tornar possível a construção de um trabalho bem elaborado e estruturado dentro das normas e padrões metodológicos, a classificação da pesquisa para realizar esse trabalho é teórica, bibliográfica, tipo documental fundamentado em argumentos científicos, valendo-se do meio acadêmico a respeito do tema abordado.

Este trabalho será mais um meio através de tantas outras contribuições que vem trazer reflexões sobre este tema tão discutido e que tem como ponto positivo tornar inclusas todas as crianças independentes das suas dificuldades ou necessidades. Vem também esclarecer qual o papel da escola e dos docentes diante as necessidades de crianças especiais a serem trabalhadas junto às demais crianças em uma mesma sala de aula.

2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: DO ABANDONO À LUZ DA LEGISLAÇÃO E DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS VIGENTES.

A educação especial no Brasil iniciou-se no início do século XIX por influência dos europeus e americanos que organizaram um atendimento educacional de forma isolada e particular para um atendimento diferenciado a pessoas com necessidades educacionais especiais (FERREIRA, 2011).

Em 1854, com a criação de uma Instituição voltada para crianças com deficiências visuais, criado por D. Pedro II no Rio de Janeiro, a educação Brasileira deixa suas marcas no

Brasil Império. Ainda na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1857, foi criado o Instituto do Surdo Mudo, hoje, Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES. No século seguinte, foi fundado o Instituto de Pestalozzi voltado para atender pessoas com deficiência mental; alguns anos mais tarde foram criados o APAE – Associação de Pais e Amigos dos especiais. Já no ano de 1945, na Sociedade Pestalozzi aconteceu o primeiro atendimento educacional voltado às pessoas consideradas superdotadas. (CONCEIÇÃO, 2011).

Finalmente em 1961, a Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional (Lei nº 4.024), pela primeira vez assumiu o direito dos excepcionais à educação. Dez anos após a Lei nº 5692/1971, passa a garantir “tratamento especial” aos estudantes com deficiência. Surgindo a necessidade de atendimento especializado no sistema de ensino, foi criado o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, no ano de 1973 em esfera nacional. Este foi um período histórico marcado pela vertente segregacionista, onde a política educacional se orientava pela representação médico-psicológico predominante mundialmente. (FERREIRA, 2011).

O movimento pela Integração da pessoa com deficiência nas escolas regulares teve início na década de 80, tanto em classes especiais quanto em salas de aula comum. Foi nos anos 80 que ocorreu a proposta e a disseminação de importantes documentos nacionais e internacionais que promoveu os direitos da pessoa com deficiência à educação em escolas regulares, onde destacou o lançamento do Ano Internacional das Pessoas com Deficiências, já em 1988 aconteceu a Convenção dos Direitos da Criança, em 1989 no Brasil a Constituição Federal de 1988 e a Lei 7,85/89 sobre a CORDE. Esta foi uma década que marcou a transição do modelo inclusivo que foi em meados da década de 90 e se fortaleceu nos primeiros anos do novo século. (FERREIRA, 2011).

Em 1990 foi o ano do lançamento da Declaração de Educação para todos, havendo assim uma mudança na política pública nacional acerca da educação especial ou inclusiva. Já em 1994 foi lançada a Declaração de Salamanca, ambas pela **UNESCO**. Ainda em 1994, no Brasil foi lançada a Política Nacional de Educação Especial que orienta os sistemas de ensino a promover a integração de alunos com necessidades especiais em sala de aula regular. (FERREIRA, 2011).

2.1 A inclusão de portadores de necessidades especiais à luz da legislação vigente

A Educação Inclusiva é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular e superior. Trata-se de uma reestruturação

da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade de alunos. Devem-se reconhecer as diferenças humanas como um recurso positivo para a transformação da sociedade como um todo.

A educação contribui para o desenvolvimento social e emocional da pessoa humana, transformando-a em cidadão consciente de seus “direito e deveres” perante a sociedade, numa ação de valores e atitudes de cidadania prevenindo assim, a ocorrência de conflitos culturais.

Todavia, o processo ensino-aprendizagem numa cultura de direitos humanos socializados, permite o ser humano a exercer uma via de comunicação com a promoção dos direitos, a capacidade de argumentar de uma maneira reflexiva e inteligente a competência de ação dos direitos na sociedade. (CONCEIÇÃO, 2011).

A Inclusão Social e educacional é hoje assunto de direitos humanos, de tratados e discussões que propõem uma educação que satisfaça às necessidades básicas de aprendizagem, o desenvolvimento pleno das potencialidades humanas, a melhoria da qualidade de vida, do conhecimento e participação na transformação cultural da comunidade. (BRASIL, 2006)

O direito a igualdade e o respeito às diferenças devem está inculcado na mente de cada indivíduo, pois a relação entre os indivíduos vai estar sustentada por atitudes de respeito mútuo. (BRASIL, 2004)

Na Constituição Federal de 1988 não há dúvidas quanto à garantia de acesso à escola e à educação por parte de todos sem qualquer tipo de exclusão. No artigo 205 em diante, a Constituição Federal trata do direito de todos à educação visando o desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho em sua plenitude. Portanto, quando a Constituição Federal garante a educação para todos, significa que esta educação deve ser múltipla em um mesmo ambiente e que este deve ser o mais diversificado possível, pois só assim é capaz de atingir o pleno desenvolvimento humano.

A Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional, no artigo 58. Inciso 1 e 3 e no artigo 59 parágrafo I e III, que diz:

Art. 58. Entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educando, portadores de necessidades especiais.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial;

§ 3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

- I – currículo, método, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;
- III- professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

Assim sendo, a educação especial deve ocorrer nas escolas públicas e privadas da rede regular de ensino, com base nos princípios da escola inclusiva. Essas escolas, portanto, além do acesso à matrícula, devem assegurar as condições para o sucesso escolar de todos os alunos. (BRASIL, 2004).

Para a construção de um mundo mais solidário, mais justo, mais humano, depende de todos. Cada indivíduo deve fazer da diversidade presente na composição do seu povo um alicerce na construção de um mundo diferente do qual nós estamos vivendo. (BRASIL, 2004)

Entende-se que, o Brasil tem lutado por melhorias educacionais para todos, ou seja, o acesso à escola, a um ensino de qualidade, participação junto com a comunidade escolar, desenvolvimento das habilidades, é um direito de todas as pessoas independente de como ela seja.

2.2 Políticas educacionais e inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais

Considerando a educação como prática de inclusão social não deixemos de pensar em educação para todos. É preciso entender que não se faz mais educação apenas para alguns, mas para quem tem direito, ou seja, todas as pessoas seja criança, jovem ou adulto. Todos têm direito a conhecimento e aprendizagem independente das suas particularidades.

Estendendo um olhar sobre a história universal, de acordo com o subsídio para a Gestão dos Sistemas Educacionais 2004, alguns tempos atrás há evidências de teorias e práticas sociais segregadas, inclusive quanto ao acesso ao saber. Eram poucas pessoas que podiam participar dos espaços sociais onde se transmitiam e criavam conhecimentos. A pedagogia da exclusão tem origem remotas, condizentes com o modo de como estão sendo construídas as condições de existências da humanidade em determinado momento histórico. Já na atualidade, conhecida como a era dos direitos há outro pensamento voltado para as necessidades educacionais de aprendestes. A ruptura com a ideologia da exclusão proporcionou a implantação da política de inclusão que vem sendo debatida e exercida em vários países, inclusive o Brasil. Hoje, a legislação Brasileira defende o atendimento dos

aprendestes com necessidades especiais de forma preferencial em sala de aula comum, isso em todos os níveis, etapas e modalidades de educação e ensino. (BRASIL, 2004).

Entende-se que o objetivo é todo o aprendente, independente das suas características individuais ou necessidades especiais aprendam juntos em uma mesma sala, em uma escola de qualidade. Isto torna um grande desafio a ser enfrentado, pois é preciso respeito às diferenças e compromisso com a promoção dos direitos humanos.

A política educacional assegura a matrícula de todo aluno independente de ser portador ou não de alguma necessidade educacional especial em sala de aula comum, pois a educação é um direito de todos e pode ser exigido de acordo com a Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, independente de suas diferenças. (CONCEIÇÃO, 2011).

Acreditamos que não é necessário apenas garantir vagas para todos os alunos e a permanência dos mesmos na escola, é necessário que haja uma reorganização na escola desde a sua estrutura física, política e pedagógica para atender esses alunos possibilitando-os um melhor desenvolvimento intelectual, social, de novas relações e práticas pedagógicas centrada no modo de aprender através das diferenças, valorizando as diversidades em todas as atividades, espaços e formas de convivência.

Veja o que diz O Subsídio para a Gestão dos Sistemas Educacionais:

A política de inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não o insiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educando, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades. (BRASIL, 2004, pag. 327).

Para que haja êxito nas mudanças propostas é importante que realize mudanças nas políticas educacionais, estruturação dos serviços, na gestão e na prática pedagógica para inclusão de alunos com necessidades especiais em sala de aula comum. Assim deve-se pensar em uma política inclusiva onde abranja ações qualitativas e quantitativas visando recursos financeiros, humanos e serviço direcionado para apoio pedagógico que venha atender as necessidades educacionais dos alunos com necessidades especiais.

3. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, A FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFESSORES EM SALA DE AULA COMUM.

Para que haja uma educação de qualidade é fundamental que os educadores sejam apoiados para desenvolver uma prática pedagógica que transforme a realidade da escola, onde as diferenças não signifiquem desvantagem.

No entanto, a inclusão não implica só no acolhimento, carinho e atenção, mas nas condições oferecidas para que haja um desenvolvimento educacional com qualidade.

Segundo Blanco (2004) sugere algumas estratégias gerais que podem ser utilizadas pelo professor em sala de aula:

- Fazer uso de estratégias metodológicas diversificadas que permitam o ajuste da maneira como cada conteúdo será transmitido aos diferentes estilos de aprendizagem apresentado pelos alunos;
- Colocar em prática a cooperação durante a realização das atividades propostas;
- Oferecer atividades que possibilitem que diferentes graus de complexidade assim como conteúdos distintos sejam trabalhados;
- Dar aos alunos a oportunidade de tomar decisões sobre o planejamento do trabalho acadêmico;
- Avaliar a quantidade e a qualidade de apoio que cada aluno necessita retirar, gradualmente, tal apoio conforme os alunos caminham na direção de alcançar um nível de aprendizagem suficiente;
- Explorar a utilização de diversos materiais durante a realização das atividades propostas;
- Agrupar os alunos utilizando critérios variados, de acordo com a atividade a ser realizada, de modo a possibilitar a emissão de respostas diferentes de acordo com o objetivo a ser atingido, com o tipo de conteúdo abordado e com as características e os interesses dos alunos. É importante destacar que os alunos com maior dificuldade para realizar determinada tarefa deve ser integrado em grupos que respondam às suas necessidades;
- Elaborar formas de avaliação adaptadas às necessidades e particularidades de cada aluno;
- Realizar arranjos na sala de aula de modo que o espaço fique agradável aos alunos e ao professor, que a autonomia e a mobilidade seja facilitada, e que seja possível a adaptação da sala aos diferentes tipos de atividades e agrupamentos;
- Organizar a rotina da classe considerando o apoio que determinados alunos podem necessitar;
- Valorizar as diferenças existentes entre os alunos, criando um ambiente de respeito às limitações e virtudes do outro e no qual exista comunicação.

De acordo com Silva (2010), no contexto de inclusão escolar, as salas de aula serão compostas por alunos com características bastante diversas, com diferentes potencialidades, necessidades e interesses, o professor precisa mais de que nunca, ter habilidade de manejo de sala de aula. O manejo envolve modificações no ambiente físico da sala de aula, assim como controle de relacionamento, conduta e conteúdo.

3.1 Necessidades especiais e as práticas pedagógicas

Entendemos que inclusão escolar é melhoria educacional para todos e o combate à exclusão, é também a integração plena de todos os alunos em uma mesma sala de aula comum independente das suas diferenças e limitações.

A Declaração de Educação para todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994), ambas da UNESCO, tiveram grande importância no movimento para a inclusão. Já foi estudado o desenvolvimento dessas diretrizes internacionais nas políticas públicas educacionais brasileiras e observamos que inúmeras ações foram desencadeadas pelo governo brasileiro no sentido de formar docentes preparados para ensinar a todos independentes de suas diferenças na forma de aprender. Essa preparação passa pelo desenvolvimento das práticas didático-pedagógicas que precisam se tornar mais dinâmicas e mais positivas para promover aprendizagem escolar com qualidade. (FERREIRA, 2011).

No final da década de 80 e no início de 90 foram organizados os princípios que orientam a Didática inclusiva. O resultado foi a elaboração de um material publicado pela UNESCO, em 1993, denominado Projeto ‘Formação de Professores’ e necessidades especiais em sala de aula. (FERREIRA, 2011)

Entende-se que as práticas inclusivas possibilitam a aprendizagem e constrói oportunidades para que todos os educandos aprendam juntos, independente das suas diferenças.

Sabe-se que cada criança aprende de forma diferente, cada uma tem um ritmo de aprendizagem diferenciada. Essa diversidade humana deve ser entendida no meio escolar como um recurso educacional que deve ser incorporado à vida da e na escola e, principalmente na base do planejamento e no plano de aula das atividades a serem trabalhadas pelos professores. (FERREIRA, 2011).

Diante disso, os professores devem promover oportunidades a todas as crianças de forma igualitária, oportunidades essas em que todas as crianças participem das atividades onde o resultado seja a aprendizagem de cada uma dentro do seu nível intelectual, apesar de

que tem sido um grande desafio para os professores trabalhar com as diferenças existentes em sala de aula, ou seja, várias crianças com necessidades especiais diversificadas.

O professor precisa repensar suas práticas pedagógicas em sala de aula de forma diferenciada, reconhecendo que todos os alunos são sujeitos capazes de aprender independente das suas diferenças ou necessidades. É necessário que o professor reconheça as diferenças humanas e estejam aberta a flexibilidade do currículo e as várias estratégias de ensino para que favoreça a aprendizagem do aluno.

Cabe ao professor à tarefa de individualizar as situações de aprendizagem oferecidas as crianças, considerando suas capacidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas assim como os conhecimentos que possuem dos mais diferentes assuntos e suas origens socioculturais diversos. Isso significa que o professor deve planejar e oferecer uma gama variada de experiências que respalda, simultaneamente às demandas do grupo e às individualidades de cada crianças.

Considerar que as crianças são diferentes entre si, implica propiciar uma educação baseada em condições de aprendizagens que respeitem suas necessidades e ritmos individuais, visando a ampliar e a enriquecer as capacidades de cada criança considerando-as como, pessoas singulares e com características próprias. (BRASIL, 1998. Pag. 32,33).

Sabemos que, inquietações, dúvidas e questionamentos sobre como desenvolver atividades pedagógicas em sala de aulas onde há crianças com necessidades especiais são muitas, mas não há algo pronto onde é só chegar à sala e aplicar, é preciso planejar, discutir e avaliar os conteúdos e as atividades pedagógicas, e conhecer cada criança ali inserida.

De acordo com a cartilha: “O Acesso de Alunos com Deficiências às Escolas de Classes Comuns da Rede Regular” de 2004:

Para ensinar a turma toda, devem-se propor atividades abertas e diversificadas, que sejam abordadas por diferentes níveis de compreensão, de conhecimento e desempenho dos alunos e que não se destaque os que sabem mais ou que sabem menos. As atividades são exploradas, segundo as possibilidades e interesses dos alunos que livremente as desenvolvem.

O sucesso da aprendizagem está em explorar talentos, atualizar possibilidades, desenvolver predisposições naturais de cada aluno. As dificuldades, deficiências e limitações precisam ser reconhecidas, mas não devem conduzir ou restringir o processo de ensino, como habitualmente acontece. (BRASIL, 2004).

Entende-se que as crianças sempre sabem alguma coisa, de que toda criança pode aprender no tempo e do jeito que lhes são próprio independente das suas necessidades. O professor deve utilizar meio onde possa partilhar a construção dos conhecimentos que cada um tem do mundo e de si mesmo, meios para atender a toda a criança independente das

diferenças deixando o ensino de transmissão para um ensino ativo, prático e interativo. (BRASIL, 2004)

Ainda segundo a cartilha O Acesso de Alunos com Deficiências às Escolas de Classes Comuns da Rede Regular (2004), para trabalhar com a turma toda, independente das diferenças ali existentes, o professor não deve utilizar o falar, o copiar e o ditar como recursos didáticos pedagógicos básicos. Ele partilha com seus alunos a construção/autoria dos conhecimentos produzidos em uma aula, restringindo o uso do ensino expositivo. Na sala de aula os alunos passam a interagir e a construir ativamente conceitos, valores e atitudes. (BRASIL, 2004)

Portanto, fica claro que para trabalhar em uma sala de aula heterogeneizada é preciso sair do tradicional e se voltar para o dinâmico buscando entender melhor as diferenças ali existentes, as necessidades e as possibilidades de cada criança construir melhor seus conhecimentos e desenvolver suas habilidades.

3.2 Formação e valorização dos Professores como garantia para atender crianças com necessidades especiais em sala de aula comum

O processo de formação dos docentes faz parte de uma educação de qualidade. Para que os educandos tenham um bom desempenho na aprendizagem, os profissionais da educação precisam de qualificação, aperfeiçoamento e novos métodos para atender a esses educandos com suas múltiplas diferenças.

Na Educação inclusiva, ainda existe por parte dos educadores algumas preocupações quanto ao lidar com essa nova realidade. Um dos pontos onde há sempre discussão é sobre a necessidade de preparo do professor para atender crianças com necessidades especiais em uma mesma sala de aula. A formação continuada deve ser uma realidade para todos os professores na atualidade, pois a proposta de “Educação para todos” necessita de uma melhor qualidade e novas práticas no processo educacional. (BRASIL, 2006)

De acordo com Brasil (2007) em boas partes dos casos estudados sobre inclusão de alunos com deficiência no ensino regular, os professores tentam buscar alguma forma para prepara-se diante do novo. Alguns deles indicam, posteriormente ao receberem alunos com deficiência, que nem necessitaram desse preparo adicional. Outros revelam que as formas de preparação profissional vão desde a busca de apoio interno na escola até serviços que estão fora dela, como cursos adicionais.

O mesmo autor continua afirmando que, sobre a preparação do professor não termina com o curso de graduação. Ou seja, a preparação é um processo dinâmico e contínuo. Hoje, em várias áreas de atuação profissional, a preparação após a graduação é uma regra. Isso ocorre com dentista, médicos, engenheiro, fonoaudiólogo, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais e psicólogos. Contudo, esse idealismo ainda não está totalmente na formação dos profissionais da educação. Esse fato pode ser interpretado em dois sentidos. Por um lado, ainda é uma profissão com baixa remuneração que dificulta o investimento e, por outro, o próprio profissional ainda não concebe esse investimento como importante fator de desenvolvimento profissional (fala dos próprios pedagogos que participaram de cursos, como, por exemplo, de especialização), ou seja, esse parece ser um componente cultural que está presente. (BRASIL, 2007).

Entende-se que, o professor precisa se comprometer de fato com esse novo paradigma educacional, à educação inclusiva, e se comprometer não só em participar de cursos de formação continuada, mas buscar desenvolver o hábito da pesquisa, trocar conhecimento e experiências através de articulações com outros profissionais docentes, que já tenham experiência nesse processo de inclusão.

De acordo com Mittler (2003):

Assegurar que os professores recentemente qualificados tenham uma compreensão básica do ensino inclusivo e de escolas inclusivas é o melhor investimento que pode ser feito em longo prazo. Isto assenta os alicerces para uma “boa prática” sobre as quais as gerações mais jovens poderão basear-se e oferecer condições para o surgimento de uma “massa crítica” de professores jovens que tiveram um pouco de compreensão e experiência da prática inclusiva. (MITTLER, 2003, p. 189)

Percebe-se ainda uma grande necessidade nos currículos universitários, disciplinas específicas que tratem de inclusão escolar. Enquanto os professores já em efetivo exercício buscam capacitações para trabalhar inclusão, os que estão cursando, ou seja, os que estão ainda nas universidades devem já sair com algum preparo sobre educação inclusiva.

Segundo Ensaio Pedagógico (2007), já se pode presenciar em vários currículos de cursos de pedagogia, disciplinas inseridas com o objetivo de preparar o professor no atendimento a alunos com necessidades especiais em um ensino comum. Essa inserção de disciplinas tem ocorrido mais nas faculdades particulares que estão mudando o perfil do curso rumo à inclusão.

Assim, atualmente ao optar pela carreira docente, implicitamente, o futuro professor já está obrigado – segundo a Lei nº 7.853 de 24/10/1989 (BRASIL, 2005 d), que dispõe sobre discriminação e crime – a atender alunos com

deficiência, não sendo mais a população de alunos com deficiência somente da alçada do professor especializado.

Dessa forma, a inclusão do aluno com deficiência no ensino regular deve ser entendida como um processo legal, como um processo que envolve a sensibilização da sociedade quanto aos direitos desses alunos e, principalmente, no caso da educação, é um processo que visa garantir a formação do futuro professor para atender ao aluno com deficiência. (BRASIL, 2007, p. 78)

O conhecimento teórico é essencial, mas não é tudo, é preciso saber desenvolver as teorias em situações práticas facilitando o desempenho do aprendente independente das necessidades existente na sala de aula.

Segundo BRASIL (2007), a preparação não deve ser entendida como algo absoluto a ser alcançado, mas um processo de formação contínua e dinâmica. Sem dúvida, essa formação é necessária para o ensino numa abordagem inclusiva. O autor diz ainda que o profissional bem preparado é aquele que tem claro e definido, na teoria e na prática a forma de conduzir o processo de ensino, como explicar a aprendizagem, como avaliar e reformular seu plano de ensino frente ao planejamento preestabelecido. Não se tratar, portanto, de adequar o currículo, mas como criar condições para que o seu aluno consiga tomar posse do currículo que ele precisa. (BRASIL, 2007).

Sabendo-se das obrigações dos professores para com alunos com necessidades especiais em uma mesma sala de aula, uma vez que é direito destes, cabe ao professor correr atrás de recurso para estar preparado para tal atendimento e não deixem de entender que o governo federal deve contribuir criando programas ou projetos para ajudar aos professores nesse atendimento e valorizando-os através de um salário digno e na formação desses profissionais. A sociedade e a família também devem contribuir com as instituições educacionais dando apoio aos profissionais nesse desafio que é a inclusão escolar.

3.3 Diretrizes curriculares no processo de inclusão escolar de crianças com necessidades especiais em sala de aula comum

Entende-se que currículo é um segmento que se realiza atualmente de acordo com a necessidade de cada aluno, atendendo as suas expectativas e experiências. O currículo deve ser adequado ao aprendizado do aluno de forma que haja ação concreta em torno do ensinar e do aprender. (VASCONCELOS, 2010).

Segundo Mittler (2003), a única referência feita às necessidades especiais no documento de consultoria original que levou à Reforma de Educação Ato 1988, era um breve

parágrafo que indicou que as crianças com necessidade especiais poderiam ser neutras do Currículo Nacional. Isso se tornou um momento de protesto entre os educadores e os pais e, um aumento de pressão poderosa sobre o governo britânico, que trouxe influências ao parlamento e as decisões adotadas em todos os níveis.

No novo Currículo Nacional foi elaborado sobre lições aprendidas nos últimos 12 anos, e a primeira vista, não é diferente do Currículo Nacional Antigo. O Currículo Nacional Novo está baseado em um conjunto de valores claramente perceptível que são o produto de um processo de pesquisa independente. Esses valores estão se refletido a uma declaração clara e detalhado sobre inclusão. (MITTLER, 2003).

São necessárias decisões políticas para que haja mudanças e melhoria no currículo, e essas mudanças devem estar baseadas em planejamentos de forma democrática visando cada nível educacional e a inclusão.

Segundo Ensaio Pedagógicos (2007), o currículo precisa ser repensado em seus diferentes contextos sociais, culturais e educacionais em níveis e modalidades de ensino, para que possam ser formuladas e encontradas soluções compatíveis com a urgente necessidade de melhoria das propostas educativas de nossa escola, para, então, podermos falar de uma educação para todos. (BRASIL, 2007, p. 72).

Entende-se que é necessário um pensamento livre e ilimitado para a organização de um currículo, pois o mesmo deve estar baseado em uma escolha de valores culturais, saberes e conhecimento contemporâneo, suscitando a imaginação do aprendente e levando-o a aprofundar seus conhecimentos tornando-o pensador competente para criar ou construir sozinho, independente das suas necessidades ou habilidades.

Compreende-se que se deve pensar em um currículo acessível para atender a todo o aluno, ampliando sempre oportunidades de aprendizagem independente de suas diferenças ou necessidades especiais. Entendemos ainda que, o currículo são janelas que se abrem para que o aluno veja o mundo do ponto de vista pedagógico do saber, das práticas educativas. É preciso que o currículo permita que o aluno cresça abrangendo suas expectativas e experiências de acordo com a sua cultura.

Portanto, precisamos estudar as propostas curriculares, bem como as teorias do currículo e as tendências pedagógicas para que possamos entender nossas práticas e suas consequências e assim possamos contribuir com o desenvolvimento do aluno em meios às suas necessidades educacionais.

4. METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa, segundo Berto & Nakano (1998, p.2) “prover subsídios ao planejamento e desenvolvimento sistematizado de uma investigação científica a respeito de um fenômeno observado na realidade do mundo físico/material”. A metodologia de pesquisa pretende apreender fatos e dados da realidade, utiliza um ou vários métodos combinados de observação, buscando entendê-la, explicá-la e também aplicá-la ou replicá-la em favor de outros eventos ou episódios semelhantes.

Tendo em conta a proposta deste trabalho, optou-se por utilizar o método qualitativo que, segundo Deslauriers (1991) é na pesquisa qualitativa que o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível, tendo como objetivo produzir informações aprofundadas capaz de produzir novos elementos.

Segundo Medeiros e Oliveira (2011) a pesquisa qualitativa é diferente da quantitativa por não usar a estatística como base articuladora e análise das informações.

Investigar a natureza dos fenômenos sociais é o cerne das preocupações dessa abordagem qualitativa, tendo em vista que as situações complexas tratadas por essa abordagem não podem ser simplesmente mensurada para serem compreendidas em sua essência. Essa abordagem torna-se necessária na investigação sobre fatos passados ou quando se dispõe de pouca informação, substituindo uma simples informação por dados qualitativos. (MEDEIROS E OLIVEIRA, 2011, p. 636).

Foi realizada neste trabalho uma revisão da literatura nacional utilizando os bancos de dados da SCIELO, LILACS-BIREME e Google Acadêmico abordando educação inclusiva, a formação de professores na educação especial, práticas pedagógicas inclusivas. Os seguintes termos de pesquisa (palavras-chaves e delimitadores) foram utilizados em várias combinações: 1) Educação inclusiva; 2) Inclusão escolar 3) Inclusão escolar e as práticas educacionais.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, uma vez que para delinear sobre as práticas da educação inclusiva, pode trazer desenvolver na sala de aula uma relação professor x aprendente o fazer pedagógico uma possibilidade real de sentido, o que importa salientar que a pesquisa bibliográfica ofereceu-nos oportunidades de analisar diferentes obras que explanam as ideias de renomados autores e pesquisadores que versam a temática em questão. E, para esse fim, necessitamos de investigação e interpretação de literaturas sobre o tema. Para Carvalho (2006):

A pesquisa bibliográfica é a atividade de localização e consulta de fontes diversas de informação escrita, para coletar dados gerais ou específicos a respeito de determinado tema. A etimologia grega da palavra BIBLIOGRAFIA (*biblio* = livro; *grafia* = descrição, escrita) sugere que se trata de um estudo de texto impresso. Assim, pesquisar no campo bibliográfico é procurar no âmbito dos livros e documentos escritos as informações necessárias para progredir no estudo de um tema de interesse (CARVALHO, 2006, p. 100).

Segundo Fonseca (2002, p. 32)

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. (FONSECA, 2002, p. 32)

Coletou-se os dados através de publicações impressas ou digitais em forma de livros, dicionários, periódicos, resenhas, monografias, dissertações, teses, apostilas, entre outros, além de internet, que segundo Severino (2008) “a internet tornou-se uma indispensável fonte de pesquisa para diversos campos de conhecimento.” Como confere Lakatos e Marconi (2006, p. 43-44) a pesquisa bibliográfica” trata de levantamento de toda bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto”.

A tomada de decisão em relação às formas de abordagem de um estudo mostra-se decisiva quanto ao grau de compreensão desejado em relação ao problema a se investigar.

O mergulho nas questões relacionadas oferece uma condição para que o professor tenha um olhar voltado para o campo de aprendizagem comum a todos. Só assim o trabalho ganha significado. É diante dessas questões que se advoga, assim como outros autores/pesquisadores, pela relevância de metodologias investigativas e procedimentos científicos que permitam apreender/compreenderem a prática reflexiva e construí-la em processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletindo sobre a inclusão escolar de crianças com necessidades especiais para serem atendidas em uma mesma sala de aula com as demais crianças, faz deste trabalho de pesquisa mais um referencial bibliográfico, o mesmo não indica o fim, mas possibilidades para futuros questionamentos em torno deste tema.

Como já foi registrado anteriormente, a Constituição Federal deixa bem claro a garantia de acesso à escola e a educação por parte de todos sem qualquer tipo de exclusão. No artigo 205 em diante, a Constituição Federal trata do direito de todos à educação visando o desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho em sua plenitude. Portanto, quando a Constituição Federal garante a educação para todos, significa que é múltipla em um mesmo ambiente, que deve ser maior diversificada possível, pois só assim é capaz de atingir o pleno desenvolvimento humano.

A escola inclusiva deve adotar práticas baseadas na valorização da diversidade humana, ou seja, respeito pelas diferenças individuais, no desejo de acolher a todos os alunos, funcionários, professores, pais de alunos e demais pessoas que fazem parte do corpo educacional, ela deve estar aberta para trabalhar com todos os alunos, incentivar a aprendizagem e a participação ativa de todos. Para isso é necessário um investimento sistemático, efetivo, envolvendo a comunidade escolar e a família que é o primeiro grupo que pertence à criança e onde ela tem a oportunidade de aprender através dos conhecimentos adquiridos. Quando a família se sente apoiada pela escola, esse sentimento se reflete também sobre a criança.

Para que a inclusão escolar tenha sucesso, as diferenças das crianças devem ser reconhecidas como um recurso positivo para a transformação da sociedade escolar. Outras mudanças farão a diferença na inclusão escolar, tais como: a transformação da estrutura física do ambiente escolar adaptando-as aos padrões de acessibilidade; acesso dos alunos com necessidades educacionais especiais às classes comuns; realização de atividades coletivas, abertas e diversificadas onde abordem diferentes níveis de compreensão, de conhecimento e desempenho dos alunos e que não se destaquem os que sabem mais dos que sabem menos, mas que todos sejam vistos pelas suas habilidades e capacidades desenvolvidas no cotidiano por meio da cultura e do meio em que vive.

Ao longo dos estudos realizados e das referências teóricas que embasaram esta pesquisa percebeu-se que há uma grande necessidade de preparação do professor para atender

as crianças com necessidades especiais em sala de aula comum, mas não que dizer que o professor sem essa preparação não possa desempenhar seu papel de educador e contribuir na inclusão dessas crianças junto às demais visando o seu desenvolvimento sócio/cultural através de práticas pedagógicas. O objetivo é todo o aluno independente das suas características individuais ou necessidades especiais aprendam juntos em uma mesma sala, em uma escola de qualidade. Isto torna um grande desafio a ser enfrentado, pois é preciso respeito às diferenças e compromisso com a promoção dos direitos humanos.

Conclui-se esta pesquisa com a compreensão de que todas essas reflexões teóricas em torno da inclusão escolar de crianças com necessidades especiais a serem atendidas em sala de aula comum não serão concretizadas apenas por legislações, mas por um processo cultural e atitudes que envolvem a sociedade, a escola e a família para tentar quebrar os preconceitos e respeitar os direitos de cada indivíduo. No entanto, a inclusão não implica só no acolhimento, carinho e atenção, mas nas condições oferecidas para que haja um desenvolvimento educacional com qualidade.

REFERÊNCIA

BERTO, Rosa M.V.S., NAKANO, Davi N. **Métodos de pesquisa na Engenharia de Produção**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 18. Niterói, 1998. Anais. Niterói : UFF/ABEPRO, 1998. (CD-ROM)

BLANCO, ROSA. **Atenção à diversidade na sala de aula e as adaptações do currículo**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BRASIL. **Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional**. Ministério Público da Educação, Brasília, 1996.

BRASIL. REVISTA NOVA ESCOLA: **Inclusão É hora de aprender** pag. 38 / Ministério da Educação / FNDE, outubro 2007.

BRASIL. **Ensaio Pedagógico**. BRASÍLIA: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação, Acessoria de Comunicação Social – Brasília: MEC, ACS, 2005.

BRASIL. **O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes da Rede Regular** / Ministério Público Federal: Fundação Procuradora Pedro Jorge de Melo e Silva (organizadores) / 2ª Ed. Ver. E atualiz – Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

BRASIL, **Direito à Educação**: Subsidio para a Gestão dos Sistemas Educacionais: orientações e marcos legais/Organização e Coordenação Marlene de Oliveira Gotti... [ET. AL.]. __Brasília: MEC, SEESP, 2004.

BRASIL. **Ensaio Pedagógico** – Construindo Escolas Inclusivas: 1ª ed. Brasília: MEC, SEESP, 2005.

BRASIL. **Referencial para a formação de Professores** / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília. A Secretaria, 1999.

BRASIL. **Referencial Curricular para a Educação Infantil** / Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. ____ Brasília: MÊS/SEF, 1998. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. 3 v.: il.

BRASIL. **Educação Inclusiva: O Município**. 2 ed/ organização Maria Salete Fábio Aranha. ____ Brasília 2006; p 21. MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006;

BRASIL, **Saberes e Práticas da Inclusão**: introdução / coordenação geral – Francisca Roseneide Furtado do Monte, Idê Borges dos Santos – reimpressão. Brasília: MEC, SEESP, 2005.

CONCEIÇÃO, Lucilene Fernandes. **Inclusão e Práticas Docentes na Educação Infantil**. Pombal. 2011.

FERREIRA, Windyz Brazão. **Educação Inclusiva**. IN: Trilha do Aprendiz. Edna de G. Brennand, Silvio José Rossi (organizadores) João Pessoa: PB, v. 8, L. 1. Editora Universitária ____ UFPB ____ Pedagogia a Distância, 2011, p. 226 a 240.

FONSECA. J.J.S. **Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza**. UEC, 2002. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em 26 Jul. 2013

KUPFER, MC. & PETRI, R. **“Porque ensinar a quem não aprende?”**. In. Estilos da Clínica. Ano 5, n.9. São Paulo. Instituto de Psicologia da USP, 2000. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/escola-e-familia-tecendo-redes-na-inclusao-de-deficientes-intelectuais/91448/#zz2aA3GDDVR>. Acesso em 22 Mai. 2013

MEDEIROS, José Washington de Moraes; OLIVEIRA, Zenon Sabino de. **Trabalho de Conclusão de curso**. IN: Trilha do Aprendiz. Edna de G. Brennand, Silvio José Rossi (organizadores) João Pessoa: PB, v. 8, L. 2. Editora Universitária ____ UFPB ____ Pedagogia a Distância, 2011, p.636.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva**: contextos sociais/Petter Mitler; tradução Windyz Brazão Ferreira – Porto Alegre: Artmed, 2003.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2000.

SIAULYS. M. O. C. **A inclusão do aluno com baixa visão no ensino regular**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. 2006.

SILVA, Maria de Fátima Neves da. **Encaminhamento de alunos para sala de recursos**: análises sobre os argumentos apresentados por professores de classes comuns. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2010.

VASCONCELOS, Giuliana Cavalcante. **Currículo na Educação Infantil**. IN: Trilha do Aprendiz. Edna de G. Brennand, Silvio José Rossi (organizadores) João Pessoa: PB, v. 7, Editora Universitária da UFPB. Pedagogia a Distância, 2010, 420 p.